

Roger CHARTIER (coordenador), *As Utilizações do objecto impresso: séculos XV-XIX*. Trad. Ida Boavida. Lisboa, Difel, 1998, 437 p.; 1ª edição 1984, Librairie Arthème Fayard.

A primeira edição portuguesa de uma obra colectiva que saiu dos prelos em Paris com o título original *Les usages de l'imprimé* é tardia, confirmando, assim, o acentuado *déficit* de traduções em português de livros estrangeiros nas mais diversas áreas do saber e o considerável atraso relativamente às edições de origem. A crítica exercitada nas páginas de revistas especializadas ou nas colunas de jornais e revistas de divulgação tem, desde há muito, sublinhado a alta qualidade ou a falta dela nas sucessivas traduções sujeitas ao crivo do juízo crítico, mas parece render-se à fatalidade de um mercado editorial fiado por poucos leitores/compradores e por editores muito subsidió-dependentes e temerosos em demasia.

Tardou, pois, a chegar à nossa língua, mas o que importa agora sublinhar, com agrado, é a possibilidade de se furir o resultado de um trabalho colectivo produzido no âmbito de dois seminários da *École des Hautes Études* orientados por Roger Chartier – um dos esponentes da História Cultural francesa da actualidade e director de pesquisa na referida *École* – e Christian Jouhaud – investigador do Centre National des Recherches Scientifiques (C.N.R.S.).

*As Utilizações do Objecto Impresso* – tradução demasiado livre do título original – inclui contributos de mais quatro autores, além de Chartier e Jouhaud, a saber: Alain Boureau, Marie-Elisabeth Ducreux, Paul Saenger e Catherine Velay-Vallantin. E abre com uma Introdução, subtitulada *A cultura do objecto impresso* assinada por Roger Chartier. A fechar as três substanciosas partes onde ficou arrumado o conteúdo deparamos com dois índices – um de figuras ou pranchas e outro geral (p. 431-437). E tudo isto envolto por uma capa de cartolina impressa a verde com duas grandes «janelas» simétricas (na capa e na contra-capas), contendo a primeira, abaixo do título, uma gravura (a preto e branco) de um prelo à Gutenberg e a segunda um texto de sùmula explicativa da obra.

Chartier não cita Marshall McLuhan, autor do célebre livro *A Galáxia de Gutenberg* (1ª ed. 1962), mas repisa-lhe a ideia básica: a tecnologia da impressão por tipos móveis criou um novo ambiente de todo inesperado – o público –, ambiente este que não foi atingido pela tecnologia do manuscrito. Com efeito, depois de Gutenberg – lê-se no naco de prosa seleccionado para a contra-capas – *toda a cultura do Ocidente se transforma, passando a ser possível reproduzir os escritos de modo mais rápido e económico. Daí a mudança de escala na circulação de textos, presentes tanto na intimidade como na praça pública, manipulados em prol da fé ou do poder, do saber ou do poder. Daí igualmente as práticas inéditas e os novos hábitos criados por uma verdadeira «cultura do impresso». É ela o ponto fulcral deste livro, que aborda o mais humilde dos objectos impressos (do cartaz ao opúsculo), os géneros tipográficos mais divulgados (vidas de santos, o livro de horas, o livro de cordel, o livro de histórias maravilhosas), as leituras mais comuns.*

Ao contrário de McLuhan que se serviu de uma abundante erudição para apoiar a sua tese do transformismo tecnológico do devir humano, Chartier e colegas historiadores intentaram tão somente demonstrar a partir de uma soma significativa de casos singulares o extensivo impacto culto-mental de uma alteração tecnológica importante – cingiram-se à invenção dos prelos. E seu intento aparece claro na expressão «cultura do impresso», associada a outra que nos agrada menos «cultura do objecto

impresso». De qualquer maneira, percebe-se a primeira grande finalidade da dupla abordagem visada por esta obra colectiva: *O nosso projecto é outro, debruça-se sobre as múltiplas utilizações e as diversas apropriações de que foram alvo os objectos impressos de grande circulação, entre Gutenberg e a segunda revolução do livro, no século XIX* (p. 10). E a segunda levou-os a *inscrever a cultura do impresso no seu enraizamento de longa duração. Com efeito, foi bastante antes da invenção de Gutenberg que surgiu no Ocidente uma maneira de ler, em silêncio e com os olhos, que entra em ruptura com a leitura necessariamente oralizada, universal (ou quase) durante muito tempo (...) A revolução da leitura precede pois a do livro (mesmo que a leitura oralizada, murmurada, «ruminada» continue a ser durante muito tempo a forma de ler dos leitores mais populares. Por isso, nesta obra inteiramente dedicada às novas potencialidades e aos gestos inéditos gerados por uma inovação técnica de grandes consequências – a da escrita composta por caracteres móveis e impressos com um prelo – debruçar-nos-emos longamente sobre a era do manuscrito, que conhece a primeira difusão de uma maneira de ler, logo generalizada e obrigatória, e que instala uma hierarquia dos objectos escritos, simultaneamente funcional e social, imediatamente decifrável nas suas próprias formas* (p. 11-12). Firmados nestes dois objectivos essenciais podia resumir-se, enfim, o programa da obra à operacionalização da *tensão entre a liberdade do leitor – mesmo refreada pelas suas competências e disposições – e a eficácia do objecto (...) Um [dos tipos de investigação] deve tentar caracterizar as contingências históricas das práticas de leitura, diferenciadas consoante as épocas e os espaços, as condições e as confissões, o sexo ou a idade, o aspecto exterior ou a circunstância, e referenciáveis através das suas representações nas confissões individuais (espontâneas ou extorquidas), nas narrativas de ficção, nos retratos pintados, nas cartilhas de leitura. O outro, conduzido a partir dos próprios objectos impressos, considerados na sua singularidade, consegue reconstruir os limites impostos à livre apropriação dos textos através dos dispositivos tipográficos que os dão a ler e também, graças à análise das impressões diversas e sucessivas de um mesmo texto, as transformações dos seus significados e utilizações* (p. 20-21).

Embora não caiba aqui aprofundar a tese de McLuhan repisada por Chartier e seus companheiros de jornada, urge sublinhar que a materialidade do canal e a materialização implícita ao acto de dar forma à palavra, sendo importante, tem um peso relativo, e não pode desviar-nos de certas evidências essenciais, como esta: o objecto impresso é antes de mais um objecto mental; perdura e impõe-se pela forma artefactual que recebe, mas só realmente existe nas mentes que o fazem e (re)fazem pela leitura, pela (re)interpretação constante do sentido, pela infinita amplitude de reproduções e acréscimos sintático-semânticos de acordo com os contextos pessoais e colectivos... O tradicional enfoque da leitura como parcela importante da abordagem do cultural desemboca hoje numa encruzilhada complexa em que sobressaem necessariamente os contributos cognitivistas e construtivistas, indispensáveis para a compreensão de situações alegadamente antinómicas, tais como: oralidade-escrita; leituras públicas-leituras privadas; impacto do escrito-impacto da imagem, etc. Contributos esses que não excluem, antes convocam, a nosso ver, de uma forma mais exigente e enriquecedora, a presença contextual do espaço e do tempo, ou seja, dos múltiplos factores que se conjugam e actuam na longa duração estrutural e do impacto sincrónico das conjunturas que acompanham intrinsecamente o devir histórico.

E porque o objecto impresso é, essencialmente, um objecto mental (fundado na cognição e nos processos cognitivos), associado, aliás, na era internética em que vivemos ao fenómeno/processo da Informação (adiantando-se aqui uma definição possível: conjunto estruturado de representações mentais codificadas – símbolos significantes – socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material – papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc. – e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multireccionada), os autores da obra, com destaque especial para Chartier, tiveram o cuidado de a dividirem em três partes, intitulado a primeira *Objectos impressos para o imaginário* e lendo-se no texto-súmula que antecede os respectivos capítulos a seguinte explicação: *Da Idade Média até meados do século XIX, foram numerosos os livros ou opúsculos, primeiro manuscritos e depois impressos, que alimentaram as imaginações de muitos leitores, propondo-lhes verdades maravilhosas, ficções verídicas, histórias credíveis ou de diversão. Nesta massa de textos e de formas, retivemos três géneros: a Vida de Santo, o Livro de Cordel e o Conto* (p. 25).

Para a História da Espiritualidade interessa reter, sobretudo, o capítulo 1 *Adorações e devorações franciscanas: interesses e utilizações dos opúsculos hagiográficos* por Alain Boureau (p. 27-83). E para o estudo do maravilhoso posto a circular nos textos de cordel quincentistas Roger Chartier contribuiu com o capítulo 2 – *A enforcada que foi salva miraculosamente: estudo de um livro de cordel* (p. 85-130). Num terceiro capítulo aparece Catherine Velay-Vallantin com *O espelho dos contos: Perrault nas Bibliothèques bleues* (p. 131-190).

O retorno do espiritual e do religioso faz-se na segunda parte intitulada *Utilizações religiosas*, tendo em vista mostrar, através da análise de textos e de situações concretas e singulares, como a obra de cristianização utiliza o livro (o texto verbal escrito) e a imagem impressos para cimentar a comunidade, sugerir e apontar devoções correctas, gravar nas consciências os ensinamentos da Igreja, e ainda mostrar como se pode usar o texto impresso para promover e manter crenças condenadas pela ortodoxia. As pesquisas encetadas em torno desta temática do uso ou dos usos contrastados dos objectos (mentais) impressos em favor da fé permitiram valorizar ainda a noção de *apropriação que nos permite compreender a maneira como leitores diversos se apropriam diferentemente dos mesmos materiais (por exemplo as Horas lidas em voz alta ou apenas com os olhos), a maneira como são atribuídos uma utilidade profana e um grande investimento afectivo a um objecto ritual como a certidão de casamento, a maneira como leitores rebeldes, ao lerem, cantarem, memorizarem o texto escrito, encontram forças para preservar a sua identidade e a sua história ameaçadas* (p. 190). Assim, se compreende o nexos estabelecido pelos três capítulos que compõem esta segunda parte: o capítulo 4 *Rezar com a boca e rezar com coração. Os Livros de Horas: do manuscrito ao texto impresso* da autoria de Paul Saenger e traduzido do inglês por Roger Chartier (p. 191-226); o capítulo 5 *Do ritual ao foro privado: as certidões de casamento líonesas no século XVII* por Roger Chartier (p. 227-248); e o capítulo 6 *Morrer de ler: livros e leituras na Boémia do século XVIII* por Marie-Elisabeth Ducreux (p. 249-298).

Na terceira e última parte, que ostenta o título sugestivo *Mostrar e persuadir politicamente*, desenrola-se e desvela-se o papel do impresso (do cartaz político, do emblema, dos textos ilustrados referentes a acontecimentos marcantes, etc.) ao serviço dos jogos de luz e de sombra, da plena afirmação e da intensa persuasão do Poder. E daí a escolha ter recaído sobre três géneros específicos e invulgares dentro da *maciça produção*

*de objectos impressos políticos* (p. 302), a saber: capítulo 7 – *Legibilidade e persuasão: os cartazes políticos* por Christian Jouhaud (p. 303-335); o capítulo 8 – *Os livros de emblemas na cena pública: de um e de outro lado do palco* por Alain Boureau (p. 337-372); e o capítulo 9 – *Imprimir o acontecimento: La Rochelle em Paris* por Christian Jouhaud (p. 373-430).

Qual tríptico cuidadosamente composto, *As Utilizações do Objecto Impresso* constitui, sem dúvida, um marco de referência para a História Cultural que se vem fazendo não só em França mas na Europa e no Mundo, contendo para os estudiosos e investigadores do fenómeno psicossocial e psicosimbólico (o imaginário e respectiva energia emocional) da espiritualidade ocidental exemplos interessantes de abordagem monográfica que servem sobretudo como fecundos pontos de partida.

Armando Malheiro da Silva